



## Gaúchos defendem a volta da monarquia

**Porto Alegre** — A instituição, pela Assembléia Nacional Constituinte, de uma monarquia parlamentar e federativa no Brasil, em vez da fórmula republicana que já ensejou quase 30 anos de ditaduras, é única solução e garantia para implantação de todas as reformas sociais do país. Este é o pensamento que os monarquistas ligados ao Movimento Gaúcho da Constituinte, pretendem levar a debate, no próximo ano, pelo Congresso Nacional.

A iniciativa é do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul (IBEM), uma das 100 entidades que integram o Movimento Gaúcho da Constituinte, junto com entidades de profissionais liberais, sindicatos e ecologistas sob a liderança da OAB gaúcha.

O Ibem é a entidade monárquica mais ativa no país, a julgar pela realização semanal de encontros em sua sede, palestras em colégios e clubes de serviço, distribuição de panfletos, até pichações em muros e elevados da capital com a inscrição — **Monarquia já.**

### Solução moderna

— A monarquia não é um sonho, — afirmam seus adeptos, observando que a maioria das democracias no mundo são monarquias como Inglaterra, Canadá, Tailândia, Suécia, Japão e Austrália. É a solução moderna para a estabilidade da própria democracia, pois o imperador se torna o poder moderador neutro, como aliás o fez durante o Império no Brasil. Depois da Proclamação da República, as Forças Armadas assumiram esse papel moderador. A volta de um rei traria também esta vantagem: os militares assumiriam sua verdadeira missão, com menos riscos de golpes de estado ou de os políticos procurarem os militares em situações difíceis”, justifica o secretário-geral do Ibem, Aldo Campagnolla, 55 anos, um microempresário do setor de prestação de serviços.

O presidente do Instituto, comerciante Georges Dal'Alenson, lembra o papel exercido pelo rei Juan Carlos na política da Espanha após a ditadura de Franco. Para os monarquistas, o novo regime brasileiro estabelecido pela Constituinte teria vigência inicial de 15 a 25 anos, após o que a popula-

ção, num plebiscito, faria uma opção definitiva: a manutenção da monarquia ou a volta à República.

O movimento destaca orgulhoso personalidades identificadas com o retorno da realeza: os escritores Fernando Sabino e Raquel de Queiroz, o poeta Mário Quintana, o folclorista nordestino Câmara Cascudo, o sociólogo Gilberto Freyre, o jogador Sócrates e o jurista Célio Borja, ministro do Supremo Tribunal Federal. A esperança dos monarquistas é de que, aproveitando uma tendência parlamentarista do grupo comandado pelo professor Afonso Arinos na Comissão de Estudos Constitucionais, o assunto seja pelo menos estudado.

Como o parlamentarismo híbrido defendido por Arinos, o Ibem sugere uma forma de monarquia conservando-se a federação. Uma legislação trabalhista e previdenciária, onde os trabalhadores públicos e privados cumpram o mesmo número de horas de serviço e tenham direitos iguais ao aposentar-se; uma política de proteção à empresa nacional, contra a remessa de lucros ao exterior; 25% do orçamento da União aplicados à educação fazem parte da plataforma que os monarquistas organizaram.

### Pretendentes

A única dificuldade, no momento da restauração do regime monárquico, está no nome do soberano. O Ibem prefere manter-se ao largo desta discussão. “A Assembléia Nacional Constituinte pode tudo, portanto ela escolherá quem deve ser o monarca”, diz Campagnolla. “Certamente será da família Bragança, que possui tradição histórica no país. O Brizola, o Lula, o Jânio ou o Ermírio de Moraes podem até ser contra a monarquia, mas não podem contestar o fato histórico de que o rei deva sair da família Bragança”, aponta.

Os três ramos da família real brasileira provêm do falecido príncipe Pedro Henrique de Orleans e Bragança, do príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança (ambos descendentes da princesa Isabel) dos descendentes da princesa Leopoldina (a outra filha de D. Pedro II), os príncipes Saxecoburgo e Bragança. A Constituinte escolherá entre os três ramos o príncipe mais preparado para assumir a chefia do Estado.